

Banco Clássico S.A.
CNPJ nº 31.597.552/0001-52

Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Banco Clássico S.A.

Índice

Relatório dos Auditores Independentes	3-7
Balanço Patrimonial	8
Demonstração do Resultado do Exercício	9
Demonstração do Resultado do Abrangente	10
Mutação do Patrimônio Líquido	11
Demonstração do Fluxo de Caixa	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis	13-31



AUDIPEC – AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

Praça Tiradentes, nº 10 – 10º andar s/1001-2 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

CEP.: 20.060-070 – Telefax.: 2252.2160, 2252.2169 e 2253.8953

Site: www.audipecauditoria.com.br / E-mail: audipec@audipecauditoria.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas do
BANCO CLÁSSICO S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Clássico S.A. (“Banco”), identificadas como controladora, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, do Banco Clássico S.A. (“Consolidado”), elaboradas conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil através da Resolução nº 4.280/13, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Clássico S.A. e do Conglomerado Prudencial do Banco Clássico S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



AUDIPEC – AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

Praça Tiradentes, nº 10 – 10º andar s/1001-2 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

CEP.: 20.060-070 – Telefax.: 2252.2160, 2252.2169 e 2253.8953

Site: www.audipecauditoria.com.br / E-mail: audipec@audipecauditoria.com.br

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas do Conglomerado Prudencial correspondentes ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação por força das normas emanadas do Banco Central do Brasil, foram anteriormente por nós auditadas de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 21 de fevereiro de 2019, contendo ênfase sobre a reclassificação de ações, conforme divulgação realizada na nota explicativa 11.a.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis editadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil através da Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, que trata do Conglomerado Prudencial e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.



AUDIPEC – AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

Praça Tiradentes, nº 10 – 10º andar s/1001-2 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

CEP.: 20.060-070 – Telefax.: 2252.2160, 2252.2169 e 2253.8953

Site: www.audipecauditoria.com.br / E-mail: audipec@audipecauditoria.com.br

- c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- d) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- f) Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras do Banco e suas controladas ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



AUDIPEC – AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

Praça Tiradentes, nº 10 – 10º andar s/1001-2 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

CEP.: 20.060-070 – Telefax.: 2252.2160, 2252.2169 e 2253.8953

Site: www.audipecauditoria.com.br / E-mail: audipec@audipecauditoria.com.br

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2020.

AUDIPEC - AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

CRC RJ-Nº 0202

ERNESTO PATRÍCIO GIRÁLDEZ

- Contador CRC-RJ Nº 053.076/O-2 -

BANCO CLÁSSICO S/A
CNPJ: 31.597.552/0001-52

BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

	R\$ Mil		R\$ Mil		
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	Nota	Exercício 2019	Exercício 2018	Exercício 2019	Exercício 2018
ATIVO CIRCULANTE		11.550.445	9.042.011	10.335.475	7.832.496
DISPONIBILIDADES		495	378	578	400
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		1.126.428	1.158.069	1.126.617	1.158.350
Aplicações no Mercado Aberto	<u>6</u>	1.126.428	1.158.069	1.126.617	1.158.350
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		10.423.521	7.883.563	9.208.278	6.673.745
Carteira Própria	<u>7</u>	10.393.410	7.828.649	9.178.167	6.618.832
Moedas de Privatização		-	-	-	-
Vinculados ao Banco Central		-	-	-	-
Vinculados à Prestação de Garantias	<u>7.a</u>	30.111	54.914	30.111	54.913
Provisões para Valorização/Desvalorizações		-	-	-	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		1	1	2	1
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar Créditos Vinculados		-	-	-	-
Depósitos no Banco Central	<u>8</u>	1	1	2	1
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		-	-	-	-
Operações de Crédito		-	-	-	-
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) (-)		-	-	-	-
OUTROS CRÉDITOS		-	-	-	-
Rendas a Receber		-	-	-	-
Negociação e Intermediação de Valores		-	-	-	-
Diversos		-	-	-	-
OUTROS VALORES E BENS		-	-	-	-
Despesas Antecipadas		-	-	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		566.476	612.760	665.148	677.393
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		-	-	-	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		-	-	-	-
Carteira Própria		-	-	-	-
OUTROS CRÉDITOS	<u>10</u>	225.322	271.568	323.991	336.199
Rendas a Receber		117.778	213.884	210.348	278.515
Negociação e Intermediação de Valores		-	-	6.099	-
Diversos	<u>10.a</u>	107.544	57.684	107.544	57.684
OUTROS VALORES E BENS		-	-	3	2
Despesas Antecipadas		-	-	3	2
INVESTIMENTOS	<u>11.a</u>	340.693	340.693	340.693	340.693
No País		-	-	12.487	13.443
Outros Investimentos		340.693	340.693	340.693	340.693
(Depreciações Acumuladas) (-)		-	-	(12.487)	(13.443)
IMOBILIZADO DE USO	<u>11.b</u>	461	499	461	499
Imóveis de Uso		600	600	600	600
Outras Imobilizações de Uso		130	124	130	124
(Depreciações Acumuladas) (-)		(269)	(225)	(269)	(225)
TOTAL DO ATIVO		12.116.921	9.654.771	11.000.623	8.509.889
PASSIVO CIRCULANTE		4.399.346	3.334.667	3.283.009	2.189.752
DEPÓSITOS		125	61	125	61
Depósitos à Vista		125	61	125	61
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	<u>13</u>	1.116.337	1.144.915	-	-
Carteira de Terceiros		1.116.337	1.144.915	-	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	<u>14</u>	3.282.884	2.189.691	3.282.884	2.189.691
Sociais e Estatutárias		-	-	-	-
Fiscais e Previdenciárias		3.282.884	2.189.691	3.282.884	2.189.691
Negociação e Intermediação de Valores		-	-	-	-
Diversas		-	-	-	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		68.844	74.409	68.883	74.442
OUTRAS OBRIGAÇÕES		68.844	74.409	68.883	74.442
Sociais e Estatutárias	<u>14</u>	68.838	74.406	68.838	74.406
Negociação e Intermediação de Valores		-	-	-	-
Diversas		6	3	45	36
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.648.731	6.245.695	7.648.731	6.245.695
Capital		3.560.747	3.294.828	3.560.747	3.294.828
De Domiciliados no País	<u>18</u>	3.560.747	3.294.828	3.560.747	3.294.828
Reservas de Lucros		133.461	277.451	133.461	277.451
Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Derivativos		3.954.523	2.673.416	3.954.523	2.673.416
TOTAL DO PASSIVO		12.116.921	9.654.771	11.000.623	8.509.889

BANCO CLÁSSICO S/A
CNPJ: 31.597.552/0001-52

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DO 2º SEMESTRE DE 2019 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2019 E 2018

	Nota	R\$ Mil			R\$ Mil	
		CONTROLADORA			CONSOLIDADO	
		2º SEMESTRE 2019	EXERCÍCIO 2019	EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2019	EXERCÍCIO 2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15	37.725	87.849	240.805	87.849	240.805
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		37.725	87.849	240.805	87.849	240.805
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15	(36.771)	(78.023)	(59.821)	(78.023)	(59.821)
Operações de Captação no Mercado		(36.771)	(78.023)	(59.821)	(78.023)	(59.821)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		954	9.826	180.984	9.826	180.984
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		87.653	85.422	100.612	85.422	100.612
Receitas de Prestação de Serviços	15	96	189	172	189	172
Despesas de Pessoal		(535)	(998)	(1.073)	(998)	(1.073)
Outras Despesas Administrativas		(1.947)	(3.719)	(3.277)	(3.719)	(3.277)
Despesas Tributárias		(32.984)	(33.079)	(175)	(33.079)	(175)
Outras Receitas Operacionais	15.a	123.023	123.029	104.965	123.029	104.965
RESULTADO OPERACIONAL		88.607	95.248	281.596	95.248	281.596
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		45.053	45.053	-	45.053	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		133.660	140.301	281.596	140.301	281.596
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(772)	(772)	(1.010)	(772)	(1.010)
Provisão para Imposto de Renda		(418)	(418)	(551)	(418)	(551)
Provisão para Contribuição Social		(354)	(354)	(459)	(354)	(459)
LUCRO LÍQUIDO		132.888	139.529	280.586	139.529	280.586
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		-	-	(34.500)	-	(34.500)
RESULTADO LÍQUIDO APÓS JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO		132.888	139.529	246.086	139.529	246.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO CLÁSSICO S/A
CNPJ: 31.597.552/0001-52DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DO 2º SEMESTRE DE 2019 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2019 E 2018

	CONTROLADORA			R\$ Mil
	2º SEMESTRE DE 2019	EXERCÍCIO 2019	EXERCÍCIO 2018	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	132.888	139.529	246.086	
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	201.326	1.239.107	130.256	
Resultado no ajuste de Títulos Disponíveis para Venda	243.326	1.281.107	130.256	
Juros sobre o Capital Próprio	(42.000)	(42.000)	-	
RESULTADO ABRANGENTE NO PERÍODO	334.214	1.378.636	376.342	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO CLÁSSICO S/A
CNPJ: 31.597.552/0001-52

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

		CONTROLADORA						R\$ Mil	
		Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Dividendos Adicionais Propostos	Títulos Disponíveis para Venda	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
SALDO EM	30/06/2018	3.294.828	-	76.773		4.654	2.394.743	56.273	5.827.271
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE LEGAL				9.164				(9.164)	-
VARIÇÃO EM TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA							278.673		278.673
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO								217.781	217.781
CONSTITUIÇÃO DE JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR								(34.500)	-
APROVAÇÃO DE DIVIDENDOS PROPOSTOS									-
CONSTITUIÇÃO DE DIVIDENDOS A PAGAR								(43.530)	(43.530)
CONSTITUIÇÃO DE DIVIDENDOS PROPOSTOS						186.860		(186.860)	-
SALDO EM	31/12/2018	3.294.828	-	85.937	-	191.514	2.673.416	-	6.245.695
MUTAÇÃO DO PERÍODO		-	-	9.164	-	186.860	278.673	(56.273)	452.924
SALDO EM	30/06/2019	3.294.828	265.919	86.269		4.732	3.711.197		7.362.945
AUMENTO DE CAPITAL		265.919	(265.919)						-
AJUSTE REFERENTE A EXERCÍCIOS ANTERIORES								(16.867)	-
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE LEGAL				6.644				(6.644)	-
VARIÇÃO EM TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA							243.326		243.326
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO								132.888	132.888
CONSTITUIÇÃO DE JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR								(42.000)	(42.000)
APROVAÇÃO DE DIVIDENDOS PROPOSTOS									-
CONSTITUIÇÃO DE DIVIDENDOS A PAGAR								(31.561)	(31.561)
CONSTITUIÇÃO DE DIVIDENDOS PROPOSTOS						35.816		(35.816)	-
SALDO EM	31/12/2019	3.560.747	-	92.913	-	40.548	3.954.523	-	7.648.731
MUTAÇÃO DO PERÍODO		265.919	(265.919)	6.644	-	35.816	243.326	-	-
SALDO EM	31/12/2017	3.098.265	-	76.446	-	99.496	2.543.160	-	5.817.367
AUMENTO DE CAPITAL		196.563							196.563
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE LEGAL				9.491				(9.491)	-
VARIÇÃO EM TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA							130.256		130.256
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO								280.586	280.586
DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS									-
APROVAÇÃO DE DIVIDENDOS PROPOSTOS						(99.496)			(99.496)
CONSTITUIÇÃO DE JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR								(34.500)	(34.500)
CONSTITUIÇÃO DE DIVIDENDOS A PAGAR								(45.081)	(45.081)
CONSTITUIÇÃO DE DIVIDENDOS PROPOSTOS						191.514		(191.514)	-
SALDO EM	31/12/2018	3.294.828	-	85.937	-	191.514	2.673.416	-	6.245.695
MUTAÇÃO DO PERÍODO		196.563	-	9.491	-	92.018	130.256	-	428.328
SALDO EM	31/12/2018	3.294.828	-	85.937	-	191.514	2.673.416	-	6.245.695
AUMENTO DE CAPITAL		265.919							265.919
AJUSTE REFERENTE A EXERCÍCIOS ANTERIORES								(16.867)	(16.867)
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE LEGAL				6.976				(6.976)	-
VARIÇÃO EM TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA							1.281.107		1.281.107
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO								139.529	139.529
DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS									-
APROVAÇÃO DE DIVIDENDOS PROPOSTOS						(191.514)			(191.514)
CONSTITUIÇÃO DE JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR								(42.000)	(42.000)
CONSTITUIÇÃO DE DIVIDENDOS A PAGAR								(33.138)	(33.138)
CONSTITUIÇÃO DE DIVIDENDOS PROPOSTOS						40.548		(40.548)	-
SALDO EM	31/12/2019	3.560.747	-	92.913	-	40.548	3.954.523	-	7.648.731
MUTAÇÃO DO PERÍODO		265.919	-	6.976	-	(150.966)	1.281.107	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DO 2º SEMESTRE DE 2019 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2019 E 2018

DISCRIMINAÇÃO	R\$ Mil			R\$ Mil	
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO	
	2º SEM./2019	2019	2018	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	132.888	139.529	246.086	139.529	246.086
MAIS: DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	21	43	41	43	41
VARIAÇÃO DE AJUSTES PATRIMONIAIS	243.326	1.281.107	130.256	1.281.107	130.256
INVESTIMENTO TRANSFERIDO DO CIRCULANTE	-	-	(340.693)	-	(340.693)
OUTROS AJUSTES	(16.867)	(16.867)	-	(16.867)	-
AUMENTO/REDUÇÃO EM APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	299.362	31.641	(223.380)	31.733	(223.415)
AUMENTO/REDUÇÃO EM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DER	(510.984)	(2.539.958)	(55.354)	(2.534.533)	219.521
AUMENTO/REDUÇÃO EM RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1	-	(1)	(1)	(1)
AUMENTO/REDUÇÃO EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-
AUMENTO/REDUÇÃO EM OUTROS CRÉDITOS	(94.383)	46.246	122.050	12.208	64.996
AUMENTO/REDUÇÃO EM DEPÓSITOS A VISTA	67	64	33	64	33
AUMENTO/REDUÇÃO EM CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	(292.317)	(28.578)	217.776	-	-
AUMENTO/REDUÇÃO EM OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	245.075	1.093.193	107.222	1.093.193	107.222
AUMENTO/REDUÇÃO EM NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES	-	-	-	-	-
AUMENTO/REDUÇÃO EM OUTRAS OBRIGAÇÕES	67.264	(5.565)	(262.963)	(5.560)	(262.963)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	73.453	855	(58.927)	916	(58.917)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
PAGAMENTO PELA COMPRA DE IMOBILIZADO	-	(5)	(272)	(5)	(272)
CAIXA LÍQ. GERADO/CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-	(5)	(272)	(5)	(272)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
PAGAMENTO DE DIVIDENDOS E JUROS SOB CAPITAL PRÓPRIO	-	(191.514)	(137.336)	(191.514)	(137.336)
PROVISÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOB CAPITAL PRÓPRIO	(73.561)	(75.138)	-	(75.138)	-
PAGAMENTO DE DIVIDENDOS E JUROS SOB CAPITAL PRÓPRIO	-	-	-	-	-
AUMENTO DE CAPITAL	-	265.919	196.563	265.919	196.563
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NA ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(73.561)	(733)	59.227	(733)	59.227
AUMENTO/REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	(108)	117	28	178	38
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA:					
DISPONIBILIDADES					
INÍCIO DO PERÍODO	603	378	350	400	362
FIM DO PERÍODO	495	495	378	578	400
AUMENTO OU REDUÇÃO	(108)	117	28	178	38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Clássico S. A. iniciou suas atividades em 1989, estando no mercado há 25 anos. Sua principal atuação consiste na aplicação de recursos próprios no mercado financeiro através de Títulos Públicos Federais de longo prazo, e através de fundos no mercado de títulos e valores mobiliários em ações de empresas nacionais, principalmente do ramo de energia.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (“BACEN”) e em consonância com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, instituído pelo BACEN.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável.

A Instituição está apresentando as demonstrações contábeis individuais do Banco Clássico (Controladora), comparativamente com as demonstrações contábeis consolidadas (Consolidado), representando as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial, requeridas pela Resolução CMN nº 4.280/13.

A consolidação do Conglomerado Prudencial está composta pelas seguintes entidades:

Banco Clássico S.A. (Controladora)
BANCLASS Fundo de Investimento em Ações
Fundo de Investimento em Ações Dinâmica Energia

As práticas contábeis adotadas no Brasil incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09, conjugadas com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do órgão regulamentador Banco Central do Brasil – BACEN.

Como principais normas homologadas pelo órgão regulamentador, dispomos abaixo, e aplicadas quando em face de enquadramento na norma:

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (CONTINUAÇÃO)

- Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro;
- CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível;
- CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas;
- CPC 08 (R1) – Títulos e Valores Mobiliários
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- CPC 24 – Evento Subsequente;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados;
- CPC 35 (R2) – Demonstrações separadas;
- CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas; e
- CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (CONTINUAÇÃO)

Para melhorar o efeito de comparabilidade as Demonstrações Contábeis foram organizadas lateralmente, controladora e consolidado.

Todas as demonstrações foram preparadas em separado, exceto a Demonstração de Mutação de Patrimônio Líquido e a Demonstração do resultado Abrangente (DRA), pois, ambas são iguais, controladora e consolidado.

Todas as demonstrações contábeis, controladora e consolidado, foram preparadas de acordo com as normas internacionais (IFRS), e as práticas adotadas no Brasil divulgadas através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria da Companhia.

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

São adotadas as práticas contábeis previstas pela Lei das S/A, sendo as principais:

a) Os resultados das operações são apurados pelo regime de competência.

a) As aplicações interfinanceiras

As aplicações financeiras devem ser classificadas nas seguintes categorias: títulos mantidos até o vencimento, títulos disponíveis para venda e títulos para negociação a valor justo reconhecido em contrapartida no resultado (títulos para negociação). A classificação depende do propósito para qual o investimento foi adquirido. Quando o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, estes são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, estes são classificados como títulos mantidos até o vencimento. Quando a intenção, no momento de efetuar a aplicação, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações são classificadas como títulos disponíveis para venda.

b) Quando aplicável, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido, exceto pelos títulos para negociação, os quais são registrados pelo valor justo com contrapartida no resultado.

c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (TVM) – Através das circulares nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 e 3.082, de 30 de janeiro de 2002, o Banco Central do Brasil estabeleceu novos critérios de avaliação e classificação contábil dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, que estão sendo observados.

d) Negociação e Intermediação de Valores - Demonstradas pelo valor das operações de compra/venda realizadas junto as Bolsas de Valores, por conta própria ou de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

e) Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa constituída de acordo com as normas e instruções estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS (CONTINUAÇÃO)

f) Permanente

Imobilizado de Uso – Estão demonstrados pelo custo de aquisição e são depreciados pelo método linear com base em taxas anuais variáveis de 10% (moveis e Equipamentos de Uso) e 20% (Equipamento de Processamento de Dados).

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do período em que o ativo for baixado.

g) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 15%, conforme legislação em vigor.

h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas, pelos consultores jurídicos do Banco, como prováveis e os montantes envolvidos possam ser mensuráveis com segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e
- Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de perda.

i) Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação, quando aplicável, é calculado considerando-se o número de ações em circulação na data de encerramento do período.

Estes valores são calculados com base no número de ações em circulação na data do balanço.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 4 - PARTICIPAÇÕES RELEVANTES EM OUTRAS SOCIEDADES

A Companhia possui 100% da totalidade das cotas do **BANCLASS Fundo de Investimento em Ações** e 100% das cotas do **Fundo de Investimento de Ações Dinâmica Energia** que por sua vez possui 99,99% da **Cia Dinâmica Energia S/A**, caracterizando desta forma controle na tomada de decisões de ambas as companhias.

Os Investimentos no Banclass e FIA Dinâmica estão classificados no ativo do Banco Clássico na rubrica “Fundos de Investimento” enquanto a Dinâmica Energia encontra-se classificado no ativo do FIA Dinâmica Energia.

NOTA 5 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

O resultado abrangente é calculado ajustando-se o resultado do exercício acrescido ou diminuído do ganho ou perda do ajuste a valor de mercado na data do balanço e seus tributos devidos, tributos estes classificados na rubrica “impostos diferidos” e está sendo apresentado em quadro específico nas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 6 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ.

Estão representadas por aplicações em operações compromissadas conforme abaixo:

CONTROLADORA

Títulos:	12.2019 R\$ Mil	12.2018 R\$ Mil
LFT	2.499	13.154
LTN	-	1.112.395
NTN	1.123.929	32.520
Total	1.126.428	1.158.069

CONSOLIDADO

Títulos:	12.2019 R\$ Mil	12.2018 R\$ Mil
LFT	-	13.434
LTN	2.500	1.112.396
NTN	1.124.117	32.520
Total	1.126.617	1.158.350

NOTA 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria do banco estão classificados na categoria disponível para venda e podem ser assim demonstrados:

CONTROLADORA

Carteira Própria:	12.2019 R\$ Mil	12.2018 R\$ Mil
LFT	24.958	25.443
Cotas de Fundos	10.368.452	7.803.206
Total	10.393.410	7.828.649
Vinculados ao Banco Central		
LFT	-	-
Total	-	-
Vinculados a Prestação de Garantias		
Ações de Companhias Abertas <i>(Nota 7.a)</i>	30.111	54.914
Total	30.111	54.914
Total Geral	10.423.521	7.883.563

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (CONTINUAÇÃO)

CONSOLIDADO

Carteira Própria:	12.2019 R\$ Mil	12.2018 R\$ Mil
LFT	731.107	550.211
Ações de Companhias Abertas	8.447.060	6.068.620
Total	9.178.167	6.618.832
Vinculados a Prestação de Garantias		
Ações de Companhias Abertas (Nota 7.a)	30.111	54.913
Total	30.111	54.913
Total Geral	9.208.278	6.673.745

NOTA 7.a – VINCULADOS A PRESTAÇÃO DE GARANTIAS

Estão representadas por garantias constituídas através de ações da ENGIE Brasil Energia S.A – EGIE3, para o Processo de Execução Fiscal divulgado na Nota Explicativa 17.b – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS.

O Banco Clássico era titular 1.121.844 ações ordinárias da ENGIE Brasil Energia S.A – EGIE3, bloqueadas em razão da garantia oferecida nos autos do processo nº 0070119-89.2015.4.02.5101 na 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do rio de Janeiro. Porém, em 16 de setembro de 2019, essas ações foram alienadas pelo custodiante, sem a autorização ou ciência do Banco, para atendimento de ofício que requeria o depósito judicial correspondentes aos frutos e bonificações dessas ações penhoradas. Como consequência, o Banco Clássico notificou o custodiante para que as referidas ações fossem devolvidas a sua custódia. Até a aprovação das presentes demonstrações contábeis as ações ainda não haviam sido restituídas ao Banco.

NOTA 8 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E INTERDEPENDÊNCIAS

Durante os exercícios findos em Dezembro/2019 e Dezembro/2018 não ocorreram operações Interfinanceiras ou interfinanceiras realizadas pelo Banco Clássico, nos termos definidos no COSIF.

NOTA 9 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não ocorreram operações de crédito.

BANCO CLÁSSICO S/A.
CNPJ: 31.597.552/0001-52

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 10 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Estão representados substancialmente pela Interposição de recursos Fiscais.

CONTROLADORA

Rendas a receber	12.2019 R\$ Mil	12.2018 R\$ Mil
Dividendos e Juros s/Capital Próprio de Cias Abertas	117.778	213.884
Total	117.778	213.884
Diversos		
Adiantamento de Salário	70	42
Interposição de Recursos Fiscais (Nota 10.a)	106.105	56.273
Massa Falida de Barros e Barros Adm. de Consórcios	300	300
Impostos a compensar	1.069	1.069
Total	107.544	57.684
Total Geral	225.322	271.568

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 10 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS (CONTINUAÇÃO)

CONSOLIDADO

Rendas a receber	12.2019 R\$ Mil	12.2018 R\$ Mil
Dividendos e Juros s/Capital Próprio de Companhias Abertas	210.348	278.515
Total		278.515
Diversos		
Adiantamento de Salário	70	42
Interposição de Recursos Fiscais (Nota 10.a)	106.105	56.273
Massa Falida de Barros e Barros Adm. de Consórcios	300	300
Impostos a compensar	1.069	1.069
Total	107.544	57.684
Total Geral	317.892	336.199

NOTA 10.a – INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS FISCAIS

O saldo está representado por dividendos da ENGIE Brasil Energia S.A – EGIE3, depositados judicialmente pela companhia e pelo resultado da venda das ações mencionada na nota explicativa 7.a, em cumprimento a determinação judicial, como garantia para Processo de Execução Fiscal divulgado na Nota Explicativa 17.c – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 11 – ATIVO PERMANENTE

NOTA 11.a – INVESTIMENTO

No decorrer do mês de setembro de 2018, o Banco Clássico reclassificou o valor de custo da aplicação mantida nas ações da companhia Engie do Brasil (EGIE3) do Ativo Circulante, Títulos de Renda Variável – Ações, para o Ativo Não Circulante, Investimentos – Outros Investimentos no País.

Considerando que as ações da EGIE3 estavam classificadas contabilmente como Títulos Disponíveis para Venda, os reflexos contábeis dessa reclassificação não afetaram a demonstração do resultado do semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Porém, impactaram na redução do Patrimônio Líquido do Banco no montante de R\$ 2.049.960 mil, registrados na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, a título de reversão da marcação a mercado das ações EGIE3.

Essa reclassificação contábil está fundamentada na intenção do Banco Clássico em permanecer com o investimento nas ações da EGIE e, considerando que a instituição detém uma participação inferior a 10% do capital social da companhia, a administração, em atendimento às normas emanadas do COSIF, registrou o valor de custo dessas ações no Ativo Permanente, Investimento no País – Outros Investimentos, pelo valor de R\$ 340.693 mil.

NOTA 11.b – IMOBILIZADO DE USO

Os bens que constituem o permanente do Banco apresentam-se devidamente corrigidos pela variação da UFIR, até 31 de dezembro de 1995, e são depreciados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida fixado por espécie de bem. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a composição do Ativo Permanente é a seguinte:

CONTROLADORA

Investimentos	12.2019 R\$ Mil	12.2018 R\$ Mil
Participação Engie Brasil Energia S.A.	340.693	340.693
Total	340.693	340.693
Imobilizado de Uso		
Imóveis de Uso	600	600
(-) Depreciação Acumulada Imóveis de Uso	(182)	(160)
Móveis e Equipamentos de Uso	16	16
(-) Depreciação Acumulada Móveis e Equipamentos de Uso	(9)	(8)
Sistema de Comunicação	14	14
(-) Depreciação Acumulada Sistema de Comunicação	(12)	(10)
Processamento de Dados	100	94
(-) Depreciação Acumulada Processamento de Dados	(66)	(47)
Total	461	499
Total Geral	341.154	341.192

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 12 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 2019 e 2018.

NOTA 13 – OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

E em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro 2018 o Banco Clássico operou com recompras a liquidar com títulos públicos, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não houve operação compromissadas no consolidado do grupo, conforme abaixo:

CONTROLADORA

Recompras a Liquidar	12.2019 R\$ Mil	12.2018 R\$ Mil
LTN	2.500	1.112.395
NTN	1.113.837	32.520
Total	1.116.337	1.144.915

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

CONTROLADORA

Títulos	12.2019 R\$ Mil	12.2018 R\$ Mil
Arrecadação Tributos e Assemelhados		
Sociais e Estatutárias:		
Dividendos e Juros s/Capital Próprio a Pagar	68.838	74.406
Total	68.838	74.406
Fiscais e Previdenciárias:		
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	50.261	1.010
Impostos e Contribuições a Recolher	2.471	1.333
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	3.230.152	2.187.348
Total	3.282.884	2.189.691
Diversos:		
Credores Diversos (<i>Nota 14.a</i>)	6	3
Total	6	3
Total Geral	3.351.728	2.264.100

BANCO CLÁSSICO S/A.
CNPJ: 31.597.552/0001-52

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES (CONTINUAÇÃO)

CONSOLIDADO

Títulos	12.2019 R\$ Mil	12.2018 R\$ Mil
Arrecadação Tributos e Assemelhados		
Sociais e Estatutárias:		
Dividendos e Juros s/Capital Próprio a Pagar	68.838	74.406
Total	68.838	74.406
Fiscais e Previdenciárias:		
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	50.261	1.010
Impostos e Contribuições a Recolher	2.471	1.333
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	3.230.152	2.187.348
Total	3.282.884	2.189.691
Diversos:		
Provisão para Pagamentos a Efetuar	25	20
Taxa de Administração	20	16
Total	45	36
Total Geral	3.351.737	2.264.133

BANCO CLÁSSICO S/A.
CNPJ: 31.597.552/0001-52

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 15 - RECEITAS

As principais receitas estão assim distribuídas:

CONTROLADORA

	12.2019	12.2018
	R\$ Mil	R\$ Mil
Receitas Financeiras		
Rendas em Operações Compromissadas	78.933	60.203
Lucro/Rendas de Títulos de Renda Fixa	9.270	2.059
Prejuízo/Despesa de Títulos de Renda Fixa	(354)	-
Lucro/Rendas de Títulos de Renda Variável	-	178.543
Despesas de Captação	(78.023)	(59.821)
Total	9.826	180.984
Receitas de Serviços Prestados		
Administração de Fundos	186	167
Outros Serviços	3	5
Total	189	172
Outras Receitas		
Outras (<i>Nota 15.a</i>)	123.029	104.965
Total	123.029	104.965
Total Geral	133.044	286.121

BANCO CLÁSSICO S/A.
CNPJ: 31.597.552/0001-52

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 15 - RECEITAS (CONTINUAÇÃO)

CONSOLIDADO

	12.2019	12.2018
	R\$ Mil	R\$ Mil
Receitas Financeira		
Rendas em Operações Compromissadas	78.933	60.203
Lucro/Rendas de Títulos de Renda Fixa	9.270	-
Prejuízo/Despesa de Títulos de Renda Fixa	(354)	2.059
Lucro/Rendas de Títulos de Renda Variável	-	178.543
Despesas de Captação	(78.023)	(59.821)
Total	9.826	180.984
Receitas de Serviços Prestados		
Administração de Fundos	186	167
Outros Serviços	3	5
Total	189	172
Outras Receitas		
Outras <i>(Nota 15.a)</i>	123.029	104.965
Total	123.029	104.965
Total Geral	133.044	286.121

NOTA 15.a – OUTRAS RECEITAS – OUTRAS

No exercício de 2019, o valor de R\$123.029 mil (R\$104.965 mil e 2018) se refere a dividendos declarados pela companhia Engie Brasil Energia S.A., registrados em Outras Rendas Operacionais em atendimento ao disposto no COSIF.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 16 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

CONTROLADORA

Outras Despesas Administrativas	12.2019 R\$ Mil	12.2018 R\$ Mil
Despesas de água, energia e gás	20	18
Despesas de aluguéis	168	168
Despesas de comunicações	356	345
Despesas de contribuições filantrópicas	3	-
Despesas de manutenção e conservação de bens	5	12
Despesas de material	17	15
Despesas de processamento de dados	498	462
Despesas de publicações	60	73
Despesas de serviços do sistema financeiro	322	254
Despesas de serviços de terceiros	2	5
Despesas de serviços técnicos especializados	1.711	1.259
Despesas de transporte	21	17
Despesas de viagem	32	66
Despesas de depreciação	43	40
Outras Despesas Administrativas	461	543
Total	3.719	3.277

CONSOLIDADO

Outras Despesas Administrativas	12.2019 R\$ Mil	12.2018 R\$ Mil
Despesas de água, energia e gás	20	18
Despesas de aluguéis	168	168
Despesas de comunicações	356	345
Despesas de contribuições filantrópicas	3	-
Despesas de manutenção e conservação de bens	5	12
Despesas de material	17	15
Despesas de processamento de dados	498	462
Despesas de publicações	60	73
Despesas de serviços do sistema financeiro	322	254
Despesas de serviços de terceiros	2	5
Despesas de serviços técnicos especializados	1.711	1.259
Despesas de transporte	21	17
Despesas de viagem no país	32	66
Despesas de depreciação	43	40
Outras Despesas Administrativas	461	543
Total	3.719	3.277

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 17 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

O Banco Clássico S/A figura no polo passivo de contingências fiscais no âmbito da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para os quais o Banco julga a probabilidade de perdas como remotas ou possíveis.

Para os processos de execução fiscal, o Banco apresentou garantias constituídas através de ações da ENGIE Brasil Energia S.A – EGIE3 (nota explicativa 7.a) e dividendos dessas ações (nota explicativa 10.a), as quais estão destacadas nas demonstrações contábeis nas rubricas Títulos e Valores Mobiliários – Vinculados à prestação de Garantias e Diversos – Interposição de Recursos Fiscais, respectivamente. Sendo assim representados:

Nota	Descrição	Principal em discussão em 31.12.2019	Principal em discussão em 31.12.2018
17.a	Processos Administrativos	17.475 mil	R\$ 21.324 mil
–	Processos de Execução Fiscal		–
17.b	Processos de Execução Fiscal – Garantia conforme NE 10.a	23.809 mil	R\$ 9.478 mil
17.c	Processos de Execução Fiscal – Garantia conforme NE 7.a	–	R\$ 16.839 mil
17.d	Processos de Execução Fiscal – Garantia pendente de homologação	37.156 mil	R\$ 36.656 mil

Não foram constituídas provisões para contingências fiscais no exercício de 2019 e 2018.

NOTA 18 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Em 7 e outubro de 2019 foi aprovado pelo Banco Central do Brasil o aumento de capital no valor de R\$265.919.735,70 e desta forma em 31 de dezembro de 2019 o Capital Social está subscrito e integralizado no valor de R\$3.560.747 mil (Três bilhões, quinhentos e sessenta milhões, setecentos e quarenta e sete mil), está representado por 745.686.601 (setecentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, seiscentos e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade de domiciliados no país.

b) Reserva legal

Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social.

c) Distribuição de lucros

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

NOTA 19 – PARTES RELACIONADAS

As operações com partes relacionadas se referem às aplicações mantidas nos Fundos de Investimento administrados pelo próprio Banco Clássico S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 20 – COMPLIANCE

- a) **Controles Internos** - o Sistema de Controles Internos do Banco Clássico S.A. é gerenciado em observância às normas estabelecidas pelos atos normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BCB) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

No exercício em curso prosseguiu-se à implementações no Sistema de Controles Internos, contemplando as atualizações necessárias, dos procedimentos para fortalecer os processos nas principais atividades da Ouvidoria, do Cadastro, da Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo – PLD/CFT, da Tecnologia de Informações (TI), da Mesa de Operações, do Gerenciamento de Risco, além dos procedimentos de suporte e prevenção do Plano de Continuidade de Negócios.

O ambiente de controle reflete a postura da instituição frente aos riscos operacionais, de mercado, de crédito e de liquidez, mediante políticas, procedimentos e uso de práticas adequadas, definição de alçadas e responsabilidades em todos os níveis organizacionais.

- b) **Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacionais** - o modelo de gerenciamento do risco operacional do Banco Clássico S.A., mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução nº 4.557/17 (CMN) e atualizações, que define como risco operacional da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas.

Inclui-se nesta definição o risco legal associado à deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. A estrutura está integrada com o sistema de controles internos e capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e comunicar os eventos de riscos operacionais inerentes aos seus negócios.

- c) **Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado** - o modelo de gerenciamento do risco de mercado do Banco Clássico S.A., mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução nº 4.557/17 (CMN) e atualizações, que define como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pela instituição, incluindo-se os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos preços das ações. A política da instituição, em termos de exposição ao risco de mercado é conservadora, com limites definidos e validados pela Diretoria Executiva, sendo o cumprimento deste, acompanhado diariamente. Dessa forma, a estrutura de gerenciamento do risco de mercado da empresa está apta a avaliar e monitorar os riscos associados garantindo eficiência na gestão desses riscos.

- d) **Estrutura de Gerenciamento de Riscos de Crédito** - o modelo de gerenciamento do risco de crédito do Banco Clássico S.A., mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução nº 4.557/17 (CMN) e atualizações, que determina a implementação de estrutura de gerenciamento do risco de crédito compatível com a natureza das suas operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da instituição.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A Resolução nº 4.557/17 (CMN), define como risco de crédito, como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A estrutura está integrada com o sistema de controles internos e capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e comunicar os eventos de riscos de crédito.

- e) Risco de Liquidez** - o modelo de gerenciamento do risco de liquidez do Banco Clássico S.A., mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução nº 4.557/17 (CMN) e atualizações, que define como risco de liquidez a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, corrente e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A estrutura está integrada com o sistema de controles internos e capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e comunicar os eventos de riscos de liquidez.

O Banco Clássico S.A. mantém carteira de aplicações em títulos de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional, que garantem suficientemente suas obrigações, mantidas em nível mínimo, por se tratar de banco não alavancado, concentrando os controles diários no acompanhamento dos limites mínimos de caixa, estabelecidos pela Diretoria, os quais permitem que ações prévias sejam adotadas para garantir um caixa seguro e rentável.

- f) Gerenciamento de Capital** – o modelo de gerenciamento de capital do Banco Clássico S.A. é estruturado em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 (CMN) e atualizações. A estrutura é adequada à complexidade de suas operações, e objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto.

O gerenciamento de capital como o processo contínuo de: i) monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e iii) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O relatório anual contendo a descrição completa da estrutura de Gerenciamento de Riscos, e em conformidade à Resolução nº 4.557/17 (CMN), está disponível nas dependências da instituição.

- g) Política de Remuneração** – a política de remuneração do Banco Clássico S.A. é estruturada em conformidade com a Resolução nº 3.921/10 (CMN).

A Resolução nº 3.921/10 (CMN), define como remuneração o pagamento efetuado em espécie, ações, instrumentos baseados em ações e outros ativos, em retribuição ao trabalho prestado, compreendendo remuneração fixa, representada por salários, honorários e comissões, e remuneração variável, constituída por bônus, participação nos lucros e outros incentivos associados ao desempenho.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A política de remuneração dos administradores do Banco é compatível com a política de gestão de riscos, formulada de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco e determinada independente do desempenho das áreas de negócio, de forma a não gerar conflitos de interesse.

- h) Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA)** – a PRSA do Banco Clássico S.A. é estruturada em conformidade com a Resolução nº 4.327/14 (CMN).

A Resolução 4.327/14 (CMN) estabelece que a PRSA deve conter princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas. Define como risco socioambiental, a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

A PRSA do Banco Clássico S.A. é alinhada com o grau de exposição ao risco socioambiental das atividades e das operações da instituição, e compatível com a natureza da instituição e com as complexidades de suas atividades e de seus serviços e produtos financeiros.

- i) Ouvidoria** dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor, mantendo-se adequadamente estruturada e em conformidade com as resoluções editadas pelo Banco Central do Brasil.

Os relatórios das atividades da Ouvidoria no contexto das normas legais e regulamentares editada pelo BCB, está disponível nas dependências da instituição.

- j) Comitê de Auditoria**, órgão colegiado, instituído em atendimento a regulamentação do Sistema Financeiro, Resolução nº 3.198/04, art. 15 (CMN) e atualizações, avaliou, nesse período, o sistema de controles internos e concluiu que o mesmo tem sido objeto de permanente atenção por parte da administração e, vem sendo aprimorado e mostra-se efetivo e adequado às necessidades dos negócios da Instituição.

Da mesma forma foram realizados trabalhos pela Auditoria Interna, em conformidade com a resolução nº 4.588, de 29 de junho de 2017 (CMN), com o propósito de avaliação independente, autônoma e imparcial da qualidade e da efetividade dos sistemas e processos de controles internos, gerenciamento de risco e governança corporativa da instituição, que não relatou nenhuma inconformidade no Sistema de Controle Interno.

- k) Fundo de Investimentos** – a estrutura de controles internos para gestão de recursos, para distribuição de títulos e valores mobiliários, para custódia e para administração fiduciária implantada, em conformidade com as instruções CVM nºs 617/19, 604/18, 598/18, 558/15, 555/14, 542/13, 543/13, 505/11, 301/99 e alterações posteriores, atendem às normas, políticas e regulamentações vigentes, assegurando a confidencialidade e fidelidade das informações e a prestação de informações aos clientes, aos cotistas, ao COAF e à CVM.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 21 – EVENTO SUBSEQÜENTE

Desde o início de janeiro de 2020, o surto de “coronavírus” é uma situação ainda em evolução, com impactos adversos na atividade econômica global. O estágio atual dessa pandemia impede qualquer prognóstico sobre os impactos na economia nacional. Adicionalmente, medidas tomadas pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo e pela Rússia foram determinantes para o aumento da volatilidade nos mercados financeiros e de capitais. Estes eventos impactam adversamente as condições econômicas e de mercado. A pandemia desencadeou uma importante desaceleração econômica global, trazendo reflexos na precificação atual dos ativos financeiros e derivativos de uma forma geral. As Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não registram os impactos destes fatos subsequentes. A Diretoria executiva do Banco está monitorando os eventos econômicos relacionados à pandemia provocada pelo “coronavírus” e coordenando suas respostas operacionais com o acionamento dos planos de continuidade de negócios existentes, respeitando-se as orientações dos órgãos governamentais e de saúde, dos reguladores do mercado financeiro e de capitais.